

Ciclo do Semestre Europeu 2025-2026

Contributos da AIP

Missão de *Fact Finding*



AIP

Associação Industrial
Portuguesa





ENQUADRAMENTO DO TEMA

SEMESTRE EUROPEU

CICLO ANUAL 2025-2026



RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS (CSR-2025) E PROGRESSO REALIZADO

| Área Prioritária | Recomendação Principal (CSR 2025) | Progresso e Observações (Jan. 2026) |
|--|--|---|
| 1. Finanças Públicas e Defesa | Reforçar os gastos com a defesa e garantir a sustentabilidade fiscal a médio prazo do sistema de pensões. | Portugal utilizou a cláusula de salvaguarda nacional para permitir um desvio no crescimento da despesa líquida para acomodar o aumento dos gastos com a defesa. A sustentabilidade do sistema de pensões, face ao rápido envelhecimento da população, continua a ser um ponto de monitorização crítica. |
| 2. Investimento e Reformas | Acelerar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e dos fundos da Política de Coesão. | A execução do PRR entra na sua fase mais crítica, com o prazo de 2026 a aproximar-se. A capacidade de absorção e a conclusão atempada de marcos e metas são o principal risco macroeconómico. |
| 3. Competitividade e Ambiente de Negócios | Simplificar a regulamentação, reduzir a burocracia (licenciamento industrial) e aumentar a eficiência dos tribunais administrativos e fiscais. | Persistem desafios na morosidade da justiça administrativa e fiscal, com o backlog de casos a exigir atenção contínua. O fomento do capital de risco e a melhoria da literacia financeira são cruciais para o scale-up das empresas. |
| 4. Transição Verde | Reduzir a dependência de combustíveis fósseis (em particular no transporte), eliminar subsídios a fósseis e investir na rede elétrica. | Portugal atingiu um recorde de 87,7% de eletricidade de fontes renováveis em 2023. O foco da missão deve ser a rede de distribuição e a eliminação dos subsídios a combustíveis fósseis que não se destinam a mitigar a pobreza energética. |
| 5. Coesão Social e Habitação | Garantir o acesso equitativo a cuidados de saúde e de longa duração, e resolver a crise da habitação e a falta de mão-de-obra qualificada. | A habitação e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) são os desafios sociais mais prementes. A escassez de profissionais de saúde e a subida dos preços da habitação em áreas de alta procura impactam a mobilidade laboral e a coesão social. |

Missão *Fact-Finding*


CICLO ANUAL 2025-2026

A missão de *fact-finding* da Comissão Europeia (CE), envolvendo a Direção-Geral de Apoio às Reformas Estruturais (SG REFORM) e a Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN), insere-se no ciclo anual do Semestre Europeu.

A AIP foi convidada para participar neste reunião de *fact-finding* tendo dado o seu contributo, enquanto associação empresarial de natureza multisetorial e representativa de todas as regiões e escalões dimensionais de empresas, tendo apresentado em termos resumidos o diagnóstico que se apresenta nos slides seguintes.

O principal objetivo deste exercício é a avaliação do progresso de Portugal na implementação das **Recomendações Específicas por País (CSR)** emitidas no ano anterior e a identificação de novos desafios estruturais que possam influenciar o ciclo de coordenação de políticas de 2026.

De um modo global, a CE considera que **Portugal tem demonstrado uma trajetória macroeconómica robusta**, com um excedente orçamental e uma redução contínua da dívida pública. A missão deverá assim focar-se nos **estrangulamentos estruturais** que persistem e que ameaçam a sustentabilidade do crescimento inclusivo a longo prazo.



**DIAGNÓSTICO
COMPETITIVIDADE – PT
Síntese AIP
26 de janeiro 2026**



Index da análise apresentada pela AIP à CE

A. Produtividade e Inovação

- A.1. Estrutura dimensional das empresas portuguesas
- A.2. O perfil de especialização da economia portuguesa
- A.3. Constrangimentos à Investigação e Inovação

B. Acesso ao Financiamento

C. Mercado de Trabalho e Salários

- C.1. Ajustamento da legislação laboral à nova envolvente tecnológica
- C.2. Escassez de Mão-de-Obra e Desajustes de Competências

D. Barreiras Regulatórias e Administrativas

- D.1. Licenciamento
- D.2. Justiça
- D.3. Simplificação



A. Produtividade e Inovação

A produtividade por hora trabalhada em Portugal atinge apenas cerca de 75% da média da União Europeia, um fator que limita a competitividade global e o crescimento salarial sustentado.

A.1. Estrutura dimensional das empresas portuguesas que gera insuficiências de escala que pressionam a produtividade e competitividade através da dificuldade de acesso a tecnologias e processos mais sofisticados, a mercados com crescimento mais dinâmicos ou a soluções de financiamento mais inovadoras e adaptadas ao crescimento.

Como fatores explicativos das barreiras ao crescimento das empresas é referida (i) a natureza familiar da generalidade de empresas em Portugal (ii) a preferência por crescimento orgânico (investimento interno) em lugar da alternativa por fusões & aquisições com resultados mais rápidos; (iii) barreiras administrativas e fiscais a processos de concentração



A.2. O perfil de especialização da economia portuguesa

Explica uma parcela relevante do “gap” de produtividade que nos separa da média europeia, pela via da (sobre) especialização em setores tradicionais mais expostos à concorrência de países com custos mais baixos de salários.

Embora o desenvolvimento de novos setores de alto valor acrescentado venha sendo uma realidade que surge com algum relevo, o essencial do crescimento nos últimos anos continuou a assentar em setores existentes. que continuam a apresentar competitividade externa, mas com um nível limitado de produtividade.

O turismo, a restauração e os serviços, incluindo o comércio, têm sido as atividades que têm puxado mais pelo crescimento do PIB e como são mais intensivas em mão de obra, não geram aumentos de produtividade equivalentes no conjunto da economia.



A.3 Constrangimentos à Investigação e Inovação

O ecossistema de I&D em Portugal, embora em crescimento (1,7% do PIB), enfrenta constrangimentos na sua capacidade de gerar valor económico:

Sinergias Universidade-Empresa: A transferência de conhecimento e tecnologia das universidades e centros de investigação para o tecido empresarial, especialmente PMEs, é insuficiente. A falta de capacidade de absorção de inovação por parte das PMEs é um fator limitante.

Políticas de Apoio: O desenho do sistema de incentivos fiscais à I&D (SIFIDE) tende a beneficiar empresas já estabelecidas e lucrativas, em detrimento de jovens empresas inovadoras que ainda não geram lucros tributáveis, sendo necessário reequilibrar o apoio entre incentivos fiscais e subvenções diretas para a inovação radical.

A hand holding a pen over a document with a blue overlay.

B. Acesso ao Financiamento

Nos últimos dois a três anos, os mercados financeiros em Portugal caracterizaram-se por uma elevada liquidez, quer pela maior geração de EBIDTA nas atividades económicas, quer pela melhoria significativa das contas públicas, situação adicionalmente acrescida pelo aumento do afluxo de capitais externos.

Contudo o financiamento das empresas continua fortemente dependente de capitais alheios e, dentro destes, do crédito bancário no seu formato mais tradicional. Os mecanismos de dívida titulada, como as obrigações têm aplicação reduzida e, praticamente, confinada, às Grandes Empresas.

Relativamente aos capitais próprios, o país defronta-se com um mercado de capitais subdesenvolvido, representando apenas 24,4% do PIB, um valor muito inferior à média da UE de 67,6%. As start-ups e scale-ups dispõem do apoio de um ecossistema de financiamento constituído por Capitais de Risco cuja dinâmica e capacidade de resposta importa melhorar significativamente.

C. Mercado de Trabalho e Salários

O mercado de trabalho português apresenta uma situação de pleno emprego (taxa de desemprego entre 6,0% e 6,3%), o que, paradoxalmente, exacerba os desafios estruturais.

C.1 Ajustamento da legislação laboral à nova envolvente tecnológica

Alteração da Legislação Laboral com o objetivo de introduzir maior flexibilidade nas relações de trabalho de modo a ajustar às novas condições decorrentes da digitalização dos processos, designadamente, da introdução da IA e do consequente reforço da competitividade das empresas.



C.2. Escassez de Mão-de-Obra e Desajustes de Competências

Escassez de Mão de Obra: A economia portuguesa confrontou-se e continua a experimentar uma situação de escassez de mão de obra originada pela evolução demográfica em Portugal. São setores mais atingidos: Construção Civil (90.000); Agricultura; Hotelaria e Restauração; Indústria; Saúde e Seg. Social; Serviços públicos e privados de limpeza e manutenção; etc.

Desajuste de Competências em Tecnologias Avançadas e Intermédias: Existe um desfazamento significativo entre as competências oferecidas e as procuradas pelo mercado, nomeadamente em competências digitais avançadas e literacia financeira. A baixa participação de adultos em formação contínua agrava este problema.

Salários: O aumento do salário mínimo nacional para 920€ em 2026 (um aumento de 5,7%) é uma medida de política social importante, mas a sua sustentabilidade a longo prazo depende do aumento da produtividade, que tem crescido abaixo nos setores com maior intensidade de mão de obra com salários mais próximos do padrão mínimo

D. Barreiras Regulatórias e Administrativas

A complexidade regulatória e a morosidade administrativa representam um custo de contexto significativo para as empresas e um entrave ao investimento, incluindo em I&D e digitalização.

Licenciamento: O processo de licenciamento, nomeadamente o ambiental e industrial, é um dos maiores bloqueios. Estima-se que cerca de 1,3 mil milhões de euros em projetos de investimento estejam condicionados por atrasos nas decisões das entidades competentes, sobretudo nas áreas de ordenamento e ambiente.

Justiça: Tal como referido na REP para 2025-46, a lentidão dos tribunais administrativos e fiscais, embora se tenha reduzido, continua a comprometer a previsibilidade e a segurança jurídica, essenciais para o investimento de longo prazo.

Simplificação: Apesar de iniciativas como o Simplex Ambiental, a implementação de medidas de simplificação administrativa é desigual entre as diversas políticas e os diferentes níveis de governação (central, regional e local).

QUADRO SÍNTESE DE RECOMENDAÇÕES AIP

| Área Política | Medidas em Vigor (Exemplos) | Avaliação da Adequação | Potenciais Áreas de Melhoria |
|--|---|---|---|
| Ambiente Regulatório e fiscal | Simplex Ambiental , Agenda para a Simplificação Administrativa | Adequada na intenção, mas lenta na execução e desigual na governação local. | <p>Choque de Simplificação: Foco na redução da morosidade dos tribunais administrativos e fiscais e na digitalização dos processos de licenciamento industrial.</p> <p>Choque fiscal, e estabilidade e previsibilidade fiscal: Simplificação dos códigos fiscais e de investimento, e harmonização dos benefícios fiscais.</p> |
| Capitalização, Financiamento da Inovação | SIFIDE, StartUP Voucher , Scaleup Europe Fund | O SIFIDE é eficaz para grandes empresas. Lacuna no financiamento de scale-ups . | <p>Reforço da Política pública de capitalização e redimensionamento das empresas.</p> <p>Reequilíbrio de Incentivos: Maior foco em subvenções diretas e capital de risco para startups e PME's inovadoras sem lucros.</p> <p>Programas de Literacia financeira.</p> <p>Novos instrumentos de capitalização e de financiamento às empresas: obrigações grupadas, instrumentos de quasi-capital, obrigações remíveis</p> |
| Digitalização | PRR (Vouchers de Digitalização), Agenda Nacional de IA | Positiva na infraestrutura, mas a adoção de tecnologias digitais pelas PME's é lenta. | <p>Capacitação Dirigida: Programas de reskilling e upskilling massivos, focados em competências digitais e de gestão para PME's.</p> <p>Programas de Literacia Digital.</p> <p>Alteração da Legislação Laboral: maior flexibilidade e reforço da competitividade das empresas</p> <p>Reforma da Migração: Acelerar e digitalizar os processos de vistos para trabalhadores qualificados.</p> <p>Formação: Melhorar a articulação entre o ensino superior/profissional e as necessidades do mercado.</p> |



AIP

Associação Industrial
Portuguesa

